



PF investiga fraudes em combustíveis e no INSS

A Polícia Federal em São Paulo deflagrou na manhã desta quarta-feira (31/10) duas grandes operações: a Alquila, que tem por objetivo dismantelar uma organização criminosa envolvida na distribuição clandestina de álcool combustível, e a segunda parte da Operação Pucumã, que objetiva desmontar quadrilha que vinha fazendo uso de documentos falsos para fraudar o INSS.

Segundo a PF, o combustível adulterado, descoberto pela Operação Alquila, era destinado a postos de revenda na região do Vale do Paraíba, São Paulo, e no estado do Rio de Janeiro. A PF cumpre nesta quarta-feira 13 mandados de prisão temporária e 21 mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal de Guaratinguetá.

Levantamentos da PF apontaram a utilização de empresas formalmente existentes, para dar suporte às transações de compra, distribuição e revenda de álcool hidratado e anidro-combustível com a utilização de notas fiscais falsas e reutilizadas. Algumas empresas investigadas não possuem autorização da ANP para comercializar os produtos.

Os envolvidos estão ligados a adulteração dos combustíveis revendidos pelos postos aos consumidores e causam prejuízos fiscais, econômicos, além de provocar excessiva poluição do meio ambiente. Eles devem responder por formação de quadrilha e crime contra a ordem econômica.

João Benedito Angelieri, ex-prefeito de Potim (a 170 km da Capital), foi preso na operação Alquila. Também foram detidos três filhos dele, a sua irmã e quatro funcionários da empresa Cana Brava, que pertenceu ao ex-prefeito. A operação se desenrola no Vale do Paraíba, em Campinas e no Rio de Janeiro. O ex-prefeito é suspeito de formação de quadrilha e uso de documentos falsos.

Mortos aposentados

A Polícia e o Ministério Público Federal realizam a outra operação em cinco estados, na tentativa de brear fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo a Polícia, quatro quadrilhas estão envolvidas nos crimes e são responsáveis pelo desvio de R\$ 10 milhões dos cofres públicos. Entre os suspeitos estão servidores do Ministério da Previdência Social, assistentes sociais e empresários. Até as 15h45 a PF havia cumprido 25 dos 42 mandados de prisão, 13 deles em Pernambuco.

Segundo investigações da PF, os integrantes da quadrilha que trabalhavam no INSS não informavam sobre a morte de pessoas à Previdência, passando a sacar benefícios, como pensões e aposentadorias, das pessoas mortas. O grupo também é acusado de usar certidões de nascimento e documentos falsos. Segundo a Polícia Federal, o grupo atuava há 15 anos.

Entre os 42 mandados de prisão expedidos 20 têm mulheres como alvo. Outros 12 mandados estão sendo cumpridos nos Estados da Paraíba (3), Sergipe (2), Alagoas (5) e Bahia (2). Ao todo, a Polícia Federal está utilizando um contingente de 220 agentes para o cumprimento das ordens judiciais.

Date Created

31/10/2007